HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

CNPJ(MF) nº 10.583.920/0001-33

BALANÇO PATRIMONIAL

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4a	18.572.188,41	22.399.980,54
Convênios, Repasses e Contratos a Receber	4c	49.856.164,30	26.580.874,11
Adiantamento a Funcionários e Fornecedores		838.779,37	528.712,04
Estoques	4d	2.772.893,19	334.277,82
Outros Recuperar		5.339.942,37	4.464.295,99
Impostos A Recuperar		332.061,03	258.077,45
Despesas A Apropriar		49.037,93	38.493,55
		77.761.066,60	**55.612.075,84**
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		1.434,66	8.547,38
Imobilizado	5	12.604.674,26	12.979.260,60
		12.606.108,92	**12.987.807,98**
Total Ativo		**90.367.175,52**	**68.599.883,82**

Passivo	Notas	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	6	4.071.483,02	2.921.708,89
Obrigações Sociais E Fiscais	6	31.689.245,71	23.730.648,13
Empréstimo E Financiamento	6	8.592.567,21	6.451.684,13
Parcelamentos A Curto Prazo	6	447.090,53	567.839,41
Subvenções A Realizar	6	2.819.345,51	1.463.333,25
Outras Obrigações À Pagar	6	343.037,82	328.093,57
Receitas Diferidas - Cp		244.529,10	396.405,17
		48.207.298,90	**35.859.712,55**
Não Circulante			
Empréstimos e Parcelamentos	7	3.098.772,89	5.010.099,26
Receitas Diferidas - Lp	7	1.474.064,72	1.230.022,82
		4.572.867,61	**6.240.122,08**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social	8	2.573.336,74	2.573.336,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial		10.985.942,09	10.985.942,09
Resultado Dos Exercícios acumulados	9	22.771.279,94	9.657.623,07
Ajuste de Exercícios Anteriores	10	1.256.450,24	3.283.147,29
		37.587.009,01	**26.500.049,19**
Total Passivo e Patrimônio Líquido		**90.367.175,52**	**68.599.883,82**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERIODO

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas	2017	2016
Receita Operacional Bruta			
Receita Operacional		237.437.854,41	193.772.848,51
		237.437.854,41	**193.772.848,51**
Receita Líquida		**237.437.854,41**	**193.772.848,51**
Custos			
Custos Com Pessoal Hospitais		(112.970.218,18)	(79.913.266,78)
Encargos Sociais		(10.064.207,25)	(6.983.760,22)
Custos Com Beneficio		(1.259.143,52)	(926.571,34)
Custo Provisões Trabalhistas		(2.872.647,52)	(4.710.167,37)
Custos C/Insumo Hospitalares		(25.729.656,52)	(17.403.183,83)
Custo C/ Contribuições Sociais		(15.732.948,33)-	-
Custo Com Convênios		-	(178,34)
Custos Com Pessoal Upas		(32.497.573,00)	(30.312.088,32)
Provisões - Upa		(43.060,43)	(862.101,53)
Custos Com Insumos Upas		(2.322.822,66)	(2.637.094,56)
		(203.492.277,41)	**(143.304.791,42)**
Superávit Bruto		**33.945.577,00**	**50.468.057,09**
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas Hospitais		(8.887.848,89)	(6.265.356,25)
Desp. C/Serv. Terc. Especializ.		(23.077.188,65)	(24.234.188,41))
Despesas de Manut. De Ativos		(1.698.513,55)	(1.389.865,78)
Despesas com Investimentos		(84.746,70)	(656.006,74)
Depreciação		(682.133,56)	(642.442,08)
Despesas Administrat - Upa		(7.199.440,72)	(7.658.958,38)
Investimentos - Upa		(3.500,00)	(238.955,00)
		(41.633.372,07)	**(41.085.772,64)**
Outras Receitas Operacionais			
Receita Com Convenios		180.990,15	119.929,51
Receita De Mensalidade E Doações		19.831,78	354.523,68
Outras Receitas		17.258,77	8.000,00
Receitas Com Contribuições		15.732.948,33	-
(-) Recuperação de Custos Diversos		1.660.260,09	1.370.905,95
Alienação e Indenizações		33.585,70	117.876,84
Recuperação De Custos – Upa(E)		436.886,52	417.082,92
		18.081.761,34	**2.388.318,90**
Resultado Antes Das Oper. Financ.		**10.393.966,27**	**11.770.603,35**
Receitas Financeiras			
Receitas Financeiras Diversas		1.239.698,60	1.133.035,52
Receitas Financeiras Upa(E)		425.548,07	435.383,84
		1.665.246,67	**1.568.419,36**
Despesas Financeiras			
Despesas Financeiras Diversas		(1.973.973,49)	(1.622.021,79)
Despesas Financeiras Upa(E)		(107.996,24)	(50.525,82)
		(2.228.703,36)	**(2.081.969,73)**
Superávit dos Períodos	9	**9.830.509,58**	**11.257.052,98**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação Patrimonial	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit/Déficit Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo Em 31 De Dezembro De 2015	**2.573.336,74**	**10.985.942,09**	**2.949.037,56**	**(1.599.429,91)**	**14.908.886,48**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	334.109,73	-	334.109,73
Superávit do Período apurado no exercício 2016	-	-	-	11.257.052,98	11.257.052,98
Saldo Em 31 De Dezembro De 2016	**2.573.336,74**	**10.985.942,09**	**3.283.147,29**	**9.657.623,07**	**26.500.049,19**
Incorporação do Ajuste	-	-	**(3.283.147,29)**	3.283.147,29	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	1.256.450,24	-	1.256.450,24
Superávit do Período apurado no exercício 2017	-	-	-	9.830.509,58	**9.830.509,58**
Saldo Em 31 De Dezembro De 2017	**2.573.336,74**	**10.985.942,09**	**1.256.450,24**	**22.771.279,94**	**37.587.009,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - NOTA 16

Método Indireto Exercícios Findos Em 31 De Dezembro De 2017 e 2016

1-ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2017**	**2016**
Superávit do Período	9.830.509,58	11.257.052,98
(+) Depreciação do Período	682.133,56	641.143,06
Ajustes de Exercício Anterior	1.256.450,24	-
Resultado do Exercício Ajustado	**11.898.196,04**	**3.069.810,04**
(Acréscimo) / Decréscimo do AC + ANC		
Contas a Receber	(23.275.290,19)	(13.233.960,72)
Adiantamentos	(310.067,33)	(156.873,46)
Despesas a Apropriar	(10.544,38)	(3.151,15)
Outros a recuperar	(73.983,58)	(497.072,15)
Impostos a Recuperar	(1.431.251,03)	(84.503,66)
Estoques	(1.007.364,34)	(1.007.364,34)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.112,72	(8.547,38)
Total de Decréscimos do AC + ANC	**(25.969.670,17)**	**(14.991.472,86)**
Acréscimo / (Decréscimo) do PC + PNC		
Fornecedores	1.149.774,13	166.891,76
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.958.597,58	7.827.806,66
Recursos de Convenio	1.448.208,09	33.629,44
Outras Obrigações À Pagar	14.944,25	123.880,27
Ajustes de Exercícios Anteriores		334.109,73
Total de Acréscimos do PC + PNC	**10.571.524,05**	**8.486.317,86**
Total Das Atividades Operacionais	**(3.629.052,74)**	**5.393.041,04**
2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Bens para o Imobilizado	(307.547,22)	(917.286,78)
Aquisição de Bens para o Intangível	-	-
Total Das Atividades De Investimentos	**(307.547,22)**	**(917.286,78)**
3- DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de Empréstimos	10.778.086,47	18.886.782,58
Pagamentos de Empréstimos	(11.032.279,29)	(17.567.995,10)
Parcelamento de Débitos Tributários	1.283.551,12	938.405,10
Pagamentos de Parcelamentos	(920.550,47)	(621.824,01)
Total Das Atividades De Financiamentos	**108.807,83**	**1.635.368,57**
(1+2+3) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(3.827.792,13)**	**6.111.122,83**
Caixa E Equivalentes De Caixa No Inicio Do Período	**22.399.980,54**	**16.288.857,71**
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	**(3.827.792,13)**	**6.111.122,83**
Caixa E Equivalentes De Caixa No Final Do Período	18.572.188,41	22.399.980,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

NOTA 01

CONTEXTO OPERACIONAL - O **HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO** é uma associação civil de direito privado, com finalidade filantrópica, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de SAÚDE conforme o artigo 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 85.752 de 24/02/1981, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 25/02/1981, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual nº 7.009, publicada no DOE em 04/12/1975, Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o certificado nº 219.750/69, em 29/05/1965, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, no Ministério da Saúde, deferido mediante Portaria nº 1216, de 07/12/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 07/12/2015, com validade pelo período de 01/01/2015 a 31/12/2017 e qualificada pelo Governo do Estado de Pernambuco com Organização Social – OS pelo Decreto nº 35.130 de 10 de junho de 2010, nos termos da Lei Estadual nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000, alterada pela Lei nº 12.973 de 27 de dezembro de 2005, renovada através do Decreto nº 38.709 de 9 de outubro de 2012. Tem como objetivos e finalidade estatutária, conforme artigos 3º e 4º de seu Estatuto Social. . Prestar assistência à saúde, com destacada qualidade, a quantos buscarem seus serviços; . Dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social, enfatizando a assistência materno-infantil e Hospital Geral; . Prestar serviço gratuito, conforme estabelecido na legislação pertinente; . Servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde; . Proporcionar educação e orientação sanitária a comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e reabilitação do paciente, dentro das possibilidades; . Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde.

NOTA 02

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos e especialmente a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

NOTA 03

FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000) - A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 04

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; **b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; **c) Ativos circulantes – Contas a receber de clientes** -As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. **d) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. . **e) Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/2009 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **f) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. Deverá demonstrar o custo do projeto, da mão-de-obra e dos materiais. Caso não tenha condições de apurar através da contabilidade ou controles gerenciais estes custos, entendemos que não é prudente a informação em nota explicativa. **g) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargo incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **– Provisões –**Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **h) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **i) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **j) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **k) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **l) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **m) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

NOTA 05

ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL) - Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

Composição do Imobilizado:		
Custo Bens:	**2017**	**2016**
Terrenos	7.426.800,00	7.426.800,00
Edificações	5.509.779,85	5.509.779,85
Maquinas E Equipamentos	1.331.912,60	1.318.729,60
Moveis E Utensílios	475.291,08	464.291,08
Computadores E Periféricos	266.469,92	266.469,92
Veículos	771.491,92	771.491,92
Instalações	174.063,32	174.063,32
Equipamentos - Conv 015/2008	92.964,66	92.964,66
Equipamento E Mat. - Conv Nº774234/12	388.412,04	388.412,04
Máq. E Equipamentos - Conv Nº804508/2014	152.949,00	152.949,00
Equipamento E Mat. - Conv Nº757796/11	291.189,32	291.189,32
Edifício Maternidade - Conv. Nº773.908/2012	137.663,75	137.663,75
Edifício Maternidade - Conv. Nº782.286/2012	283.585,79	283.585,79
Máq. E Equipamentos - Conv Nº815.712/2014	84.700,00	84.700,00
Equip. Infor. H.P. - Arrendamento mercantil	72.600,00	72.600,00
Máq. E Equipamentos - Conv Nº807.846/2014	217.499,00	217.499,00
Máq. E Equipamentos - Conv Nº814.446/2014	288.033,35	288.033,35
Outras Imobilizações	13.893,70	13.893,70
Imóveis Em Construção	452.538,76	169.174,54
Instalações	164.912,44	164.912,44
Total do Custo	**18.596.750,50**	**18.289.203,28**
(-) Depreciação Bens:		
(-) Depr. Edif. Maternidade - Conv. Nº 773.908/2012	-10.122,98	-4.616,44
(-) Depreciação De Edificações	-3.032.692,13	-3.515.188,03
(-) Depreciação De Maq. Equipamentos	-831.350,30	-552.369,37
(-) Depreciação Moveis E Utensílios	-359.998,04	-232.762,74
(-) Depreciação De Computadores	-288.057,67	-176.315,30
(-) Depreciação De Veículos	-827.893,62	-484.409,59
(-) Depreciação De Instalações	-127.313,67	-53.012,88
(-) Depreciação Equipamentos -Conv 015/2008	-61.052,63	-21.984,36
(-) Depreciação Máq. E Equip. - Conv. 804.508/2014	-28.117,53	-12.822,60
(-) Depreciação De Outras imobilizações	-8.908,35	-4.139,60
(-) Depr. Equip. E Mat. - Conv Nº774234/12	-156.279,95	-117.438,75
(-) Depr. Equip. E Mat. - Conv Nº757796/11	-128.132,42	-97.997,78
(-) Depr. Edif. Maternidade - Conv. Nº 782.286/2012	-20.853,23	-9.509,82
(-) Depr.Maq. E Equip. Conv Nº814.446/2014	-33.576,87	-4.773,53
(-) Depr.Maq. E Equip. Conv Nº807.446/2014	-26.199,45	-4.449,57
(-) Depr.Maq. E Equip. Conv Nº815.712/2014	-12.020,41	-3.550,43
(-) Depr. Equip. Info H.P. – Arrendamento mercantil	-39.506,99	-14.601,89
Total da Depreciação	**-5.992.076,24**	**-5.309.942,68**
Total Imobilizado/Intangível	**12.604.674,26**	**12.979.260,60**

NOTA 06

OBRIGAÇÕES. À CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE) - Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original a representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 07

PASSIVO NÃO CIRCULANTE - Este grupo está composto por empréstimos e parcelamentos de débitos, valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

NOTA 08

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período.

NOTA 09

DO RESULTADO DO PERÍODO - O superávit do período de 2017 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

NOTA 10

AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIORES - Conforme resolução do CFC 1179, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade

NOTA 11

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

NOTA 12

ATENDIMENTO AO SUS - Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09 a alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo e Decreto Federal nº 8.242/14 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 100%. O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na aérea de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

NOTA 13

FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE - O HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

NOTA 14

CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE - O HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9°. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

. A Instituição é regida pela Constituição Federal;

. A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;

. Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);

. Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

continua